

DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS: ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN



Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS: ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN



Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federac do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Divergências e convergências: arquitetura, urbanismo e design

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Divergências e convergências: arquitetura, urbanismo e design / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-894-6

DOI 10.22533/at.ed.946211803

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Vivemos em constante transformação, nossas verdades são testadas o tempo todo. A ciência busca as respostas para questões que surgem a cada momento e isso faz o mundo girar, modificar-se em muitos de seus aspectos. A pesquisa científica traz para o universo da arquitetura, do urbanismo e do design novas realidades, discussões teóricas que nos fazem compreender nossa produção passada e para onde estamos caminhando e as discussões acerca da prática nos oferecem novas propostas para a concretização de projetos e planos.

Este livro discute várias dessas questões, oportunizando reflexões que iniciam com a prática docente, o uso de mapas conceituais nas disciplinas de ateliê das faculdades, assim como a neurociência sendo aplicada à essas disciplinas. Pensando ainda na educação aborda-se a educação patrimonial, seguindo pelo tema do patrimônio os artigos tratam de festas tradicionais, os complexos industriais e a arquitetura de uma edificação que abriga um museu.

Trazendo as discussões para questões atuais surge a preocupação com a arquitetura e a urbanização, em tempos de programas sociais que incentivam a construção de habitações de interesse social e seu impacto nas cidades, a análise de mobilidade urbana e as identidades desse urbano.

Os artigos apresentam a sustentabilidade tanto na escala do urbano quanto nas edificações e passa às análises de nossas construções, dentro de sua funcionalidade e de satisfação dos usuários dos espaços. Aborda-se na sequência o processo de projeto e como ele acontece no contexto atual. A arquitetura de Daniel Libeskind é o tema do próximo artigo e finaliza com uma discussão extremamente atual, pertinente e necessária que é a atuação de negros e mulheres no campo da arquitetura e urbanismo.

Os temas são tão variados como é nossa realidade, complexa e diversificada. Esses artigos despertam o interesse para compreender essas constantes transformações vividas cotidianamente.

Boa leitura e muitas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MAPAS CONCEITUAIS: COMO DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA METODOLOGIA PROJETUAL

Carlos Ademar Monteiro Duarte Filho

Emanuela Cristina Montoni da Silva

Flaviana Nogueira de Lima

Luiz Felipe Oliveira Luna de Farias

Tacyana Cinthya Matos Batista

Vinicius José Lopes Cursino

Victoria Kamille de Castro Almeida

DOI 10.22533/at.ed.9462118031

CAPÍTULO 2..... 10

DESIGN, NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO: CENÁRIOS INOVADORES NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE PROJETO

Raíssa da Silva Borges

Rosana Silva Vieira Sbruzzi

DOI 10.22533/at.ed.9462118032

CAPÍTULO 3..... 34

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: O CASO DO MONUMENTO DA BALAIADA EM CAXIAS-MA

Neuza Brito de Arêa Leão Melo

Walber Angeline da Silva Neto

Gabriela Jordâna Lima Mota

Ana Karine Lima Pereira

DOI 10.22533/at.ed.9462118033

CAPÍTULO 4..... 43

A FESTA DE SÃO SEBASTIÃO COMO AMÁLGAMA DA PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA CULTURAL EM CÓRREGO DAS PEDRAS NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (MT)

José Pereira Filho

DOI 10.22533/at.ed.9462118034

CAPÍTULO 5..... 57

COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO AÇU: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Irene Aguiar de Oliveira

Felipe Machado de Castro

José Luís Vianna da Cruz

DOI 10.22533/at.ed.9462118035

CAPÍTULO 6..... 69

MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA: INTERPRETAÇÃO ARQUITETÔNICA

Pyetro Brum Ilha

Magali Nocchi Collares Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.9462118036

CAPÍTULO 7..... 72

HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E DESURBANIZAÇÃO: COMO SERÃO AS CIDADES BRASILEIRAS PÓS MCMV?

Danielle Costa Guimarães

Angela Maria Gordilho Souza

DOI 10.22533/at.ed.9462118037

CAPÍTULO 8..... 79

MOBILIDADE URBANA: UMA ANÁLISE NOS PLANOS DIRETORES DE GOIÂNIA

Luana Chaves Vilarinho

DOI 10.22533/at.ed.9462118038

CAPÍTULO 9..... 94

CIDADE: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Elisabete B. Castanheira

DOI 10.22533/at.ed.9462118039

CAPÍTULO 10..... 113

SUSTENTABILIDADE NA CIDADE: DA RESILIÊNCIA URBANA AO LIXO ZERO

Emília Wanda Rutkowski

Thalita dos Santos Dalbelo

DOI 10.22533/at.ed.94621180310

CAPÍTULO 11..... 127

A ARQUITETURA SUSTENTÁVEL NO AMBIENTE CONSTRUÍDO: UMA ANÁLISE DA OBRA DE CARLA JUAÇABA

Pyetro Brum Ilha

Magali Nocchi Collares Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.94621180311

CAPÍTULO 12..... 133

AVALIAÇÃO DA FUNCIONALIDADE ARQUITETÔNICA EM HABITAÇÕES DE DIMENSÕES REDUZIDAS DE FLORIANÓPOLIS

Cláudia Queiroz de Vasconcelos

Fernando Barth

Lisiane Ilha Librelotto

DOI 10.22533/at.ed.94621180312

CAPÍTULO 13..... 145

APRECIÇÃO DA BIBLIOTECA DOM MARCOS A. NORONHA AO PARECER DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

Thayná Moreira Silva

Ana Cláudia Souza Almeida Dias

DOI 10.22533/at.ed.94621180313

CAPÍTULO 14.....	150
DESAFIOS PARA ABORDAGENS BASEADAS EM PROJETO: PROJETISTAS COMO FACILITADORES NO PROJETO PARTICIPATIVO	
Gil Garcia de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.94621180314	
CAPÍTULO 15.....	160
A DESCONSTRUÇÃO DA FORMA POR DANIEL LIBESKIND	
Marco Aurélio Gimenes de Oliveira	
Tháís Pichioni Pellozo	
Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.94621180315	
CAPÍTULO 16.....	178
NEGROS E MULHERES NA ARQUITETURA E URBANISMO	
Franciely Ferreira Cruz	
Giselly Barros Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.94621180316	
SOBRE A ORGANIZADORA	192
ÍNDICE REMISSIVO.....	193

Data de aceite: 01/03/2021

Data da submissão: 29/12/2020

Franciely Ferreira Cruz

Estudante do ensino médio e curso técnico em Edificações
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Registro
Pariquera-Açu / São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/0174495109972572>

Giselly Barros Rodrigues

Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestra em Habitação pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Arquiteta e Urbanista pela Universidade Anhembi Morumbi e Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus São Paulo
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo IFSP – Campus São Paulo
São Paulo / São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/6485805298131356>

RESUMO: As desigualdades étnico-raciais, de gênero e sócio territoriais são um retrato da sociedade brasileira e estão fortemente presentes no sistema de ensino de base até o superior, afetando principalmente os estudantes negros que em sua maioria são pobres. No início dos anos 2000 foram implantadas políticas públicas focadas nas ações afirmativas para

auxiliar o ingresso dos estudantes negros na universidades públicas, essas políticas mostraram-se eficientes já que houve aumento de estudantes negros, porém nos cursos considerados de maior prestígio – Arquitetura e Urbanismo, objeto de estudo desta pesquisa – este aumento não foi tão expressivo. Foram analisados dados dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo dos Institutos Federais do Brasil, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas, concomitantemente foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o ingresso dos discentes negros nas universidades, políticas públicas sociais e raciais. A pesquisa mostra que apesar do aumento do número de negros nas universidades públicas nos últimos anos, nos cursos de Arquitetura e Urbanismo esse aumento não é proporcional aos dados étnico-raciais brasileiros atuais. A partir da investigação dos dados concretos foi possível estabelecer narrativas explicativas, produzindo conteúdo, contribuindo com uma leitura mais completa sobre o quadro étnico-racial no meio. Também foram coletados dados do censo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, que ilustra o perfil étnico-racial e de gênero dos profissionais em atividade. Sendo assim as desigualdades de gênero na Arquitetura e Urbanismo também foram discutidas nessa pesquisa, onde a questão de gênero mostrou-se ser um aspecto ainda pior do que o étnico-racial, já que as mulheres recebem os menores salários, menor visibilidade e destaque, apesar de representarem a maioria das profissionais. A pesquisa demonstra que é urgente aprimorar as ações afirmativas com foco étnico-racial aumentando o ingresso de alunos

negros, assim como há urgência na equidade de gênero na Arquitetura e Urbanismo.

PALAVRAS - CHAVE: Negros na Arquitetura e Urbanismo; Mulheres na Arquitetura e Urbanismo; Estudantes negros; Cursos de maior prestígio; Ações afirmativas.

BLACK PEOPLE AND WOMEN IN ARCHITECTURE AND URBANISM

ABSTRACT: The ethnic-racial, gender and socio-territorial inequalities are a portrait of Brazilian society and are present in the basic education system up to the universities, affecting mainly black students who are mostly poor. In the early 2000s, public policies focused on affirmative actions were implemented to help black students come in public universities. These policies are efficient since there has been an increase in black students, but in courses considered more prestigious - Architecture and Urbanism, object of study of this research - this increase was not so expressive. Data were analyzed about students of Architecture and Urbanism of the Federal Institutes of Brazil, São Paulo University and Campinas State University, at the same time bibliographic researches were done about admission of black students to universities, social and racial public policies. The research shows that despite the increase in the number of black people in public universities in recent years, in the Architecture and Urbanism courses this increase is not proportional to the current Brazilian ethnic-racial data. From the investigation of the concrete data it was possible to establish explanatory narratives, producing content, contributing to a more complete reading about the ethnic-racial situation in the Architecture and Urbanism. Data were also collected from the census of the Brazilian Council of Architecture and Urbanism, which illustrates the ethnic-racial and gender profile of professionals in activity. Thus, gender inequalities in Architecture and Urbanism were also discussed in this research and gender issue is an even worse aspect than the ethnic-racial one, since women receive the lowest salaries, less visibility and prominence, despite representing the majority of professionals. This research demonstrates that there is an urgent need to improve affirmative actions with an ethnic-racial focus increases the enrollment of black students, as well as there is urgency in gender equity in Architecture and Urbanism.

KEYWORDS: Black people in Architecture and Urbanism; Women in Architecture and Urbanism; Black students; Larger prestigious courses; Affirmative actions.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil é o segundo país com o maior número de negros do mundo, no país cerca de 56% da população é declarada preta ou parda (IBGE, 2019). De acordo com o IBGE a população pode se autodeclarar negra, que é considerada a raça, subdividida por dois grupos de acordo com a cor da pele - os pretos com o tom de pele retinto e os pardos com tons de pele menos retintos.

Guimarães (2015) e Silva e Silvério (2003) afirmam que mesmo sendo maioria, os negros permanecem desde os primórdios até os tempos atuais sendo vítimas de preconceito, discriminação e racismo. Além disso, a equidade entre negros e brancos está longe de ser alcançada, as desigualdades sociais, étnico-raciais, culturais, educacionais e territoriais são um retrato da sociedade brasileira. Desde o fim do período escravocrata os negros

permanecem à margem de qualquer projeto de nação, há tempos foram sendo reprimidos e encurralados a serviços com menores remunerações (GONÇALVES e AMBAR, 2015).

A desigualdade no ensino dos negros está presente desde o ensino fundamental até o superior, onde os brancos possuem vantagens e são privilegiados, além disso, as oportunidades de acesso ao ensino superior é uma seleção direta e indireta onde as classes sociais tem um grande peso (BOURDIEU, 1998).

A população pobre frequenta a escola pobre, os negros pobres frequentam escolas ainda mais pobres (...) toda vez que o sistema de ensino propicia uma diferenciação de qualidade, nas piores soluções, encontramos uma maior proporção de alunos negros. (ROSENBERG, 1990, p. 103 apud SILVA e SILVÉRIO, 2003, p. 86)

Frente a essas desigualdades educacionais e principalmente no acesso as universidades públicas, em meados dos anos 2000 foram implementadas políticas públicas com foco em ações afirmativas na tentativa de possibilitar o acesso dos mais pobres, negros e indígenas no ensino superior. Antes da implementação das cotas o acesso dos negros nas universidades eram escassos e confirmavam as desigualdades entre os segmentos raciais no ensino superior (QUEIROZ, 2004), mas, apesar da implementação da Lei de Cotas 12.711 de 2012, essas desigualdades ainda permanecem.

Artes e Ricoldi (2015) relatam que o número de negros nas universidades aumentou entre os anos de 2000 e 2010, mas é importante analisar considerando quais cursos que estão sendo frequentados por eles, já que *“Estudos indicam que as mulheres e os negros concentram-se em cursos de menor prestígio”* (ARTES e RICOLDI, 2015, p. 863).

O foco dessa pesquisa é analisar o perfil étnico-racial dos estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, considerado um curso de maior prestígio segundo Queiroz (2004). Com objetivo de investigar e criar novas hipóteses sobre as motivações para a falta de representatividade negra no meio discente nos cursos de Arquitetura e Urbanismo - apesar das cotas raciais - pesquisando na literatura e dados estatísticos levantados pelas instituições de ensino e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Gouvêa (1999) afirma que as faculdades de Arquitetura e Urbanismo têm os cursos voltados para o atendimento de apenas 3% da população, as elites. Há portanto o distanciamento da população mais pobre com a área de Arquitetura e Urbanismo, já que é fora da sua realidade e do seu cotidiano.

A pesquisa embasou-se em revisão bibliográfica onde foi pesquisado o acesso dos negros nas Universidades; As políticas públicas de cotas raciais implantadas no Brasil e o Sistema educacional desigual considerando os aspectos sociais e étnico-raciais. Foram analisadas as políticas públicas implementadas para a inserção do negro nas universidades com a Lei de Cotas 12.711/2012 e a Lei federal 10.639/03.

Sequencialmente foram levantados e analisados os dados estatísticos publicados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e dados publicados pelos órgãos

responsáveis pelos levantamentos estatísticos dos estudantes das Universidades públicas - Plataforma Nilo Peçanha, Anuário estatístico da Universidade de São Paulo e Anuário da Universidade Estadual de Campinas.

O desenvolvimento dessa pesquisa baseou-se no levantamento e cruzamento de dados estatísticos do meio acadêmico e profissional, além do estudo das políticas públicas e revisão bibliográfica. Ao longo da pesquisa foi identificada a importância em analisar também as questões de gênero na área, levantando assim a interseccionalidade, já que as desigualdades entre homens e mulheres é um fator relevante no meio.

2 | DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

De acordo com Silva e Silvério (2003) e Guimarães (2015) a população brasileira tem uma forte variação de tons de pele, tornando-o um país mestiço com uma sociedade diversa e multicultural. Apesar dessa mestiçagem as desigualdades étnico-raciais são enormes e em inúmeras áreas.

De acordo com Artes e Ricoldi (2015) é evidente a desigualdade no acesso, desenvolvimento e conclusão nas diferentes etapas do ensino básico até o ensino superior, que se relacionam com a questão de cor dos estudantes, causando uma inferioridade no conhecimento principalmente aos estudantes negros, que são marcados não só pela sua cor, mas também por outras questões sociais, de gênero, região de moradia, renda e faixa etária.

Como as desigualdades existem desde o ensino fundamental e pela necessidade dos estudantes mais pobres – maioria negros – terem que trabalhar cedo para ajudar no sustento familiar, há uma visão de que o trabalho poderá oferecer um futuro melhor do que a escola pode, e aos poucos a ideia de cursar o ensino superior vai sendo impedida, resultando em poucos estudantes negros ingressando nas universidades brasileiras (GONÇALVES e AMBAR, 2015; FARIA, 2019).

Desde o período escravagista, passando pelo período pós-escravidão, há imagem do negro no Brasil está sempre relacionada ao trabalho[...] A escravidão existiu, é um período vergonhoso de nossa história, mas nem por isso deve ser ignorado, principalmente quando ainda podemos perceber esse reflexo em nossas escolas. (FARIA, 2019, p.13)

A pequena absorção dos estudantes negros no ensino superior é relacionada à falta de qualidade de ensino básico, que acarreta em uma preparação insuficiente para os vestibulares, que tem a finalidade de medirem a qualidade e quantidade de conhecimento dos estudantes, não tendo uma oportunidade diferente para que sejam avaliadas outras habilidades (GUIMARÃES, 2015).

Nesse sentido as ações afirmativas mostram-se importantes como um instrumento para a mudança e reparação histórica, tratando de um método para compensar as desvantagens vividas pelas vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. Com

foco em auxiliar os estudantes as cotas raciais - que fazem parte das ações afirmativas são essenciais, pois contribuem no combate às desigualdades étnico-raciais no acesso às universidades, dando oportunidades para que jovens negros ingressem no ensino superior (QUEIROZ, 2004; SILVA e SILVÉRIO, 2003).

A Lei de Cotas (12.711), implantada em 2012, contempla ações afirmativas que vêm com o propósito de construir uma sociedade mais justa, reconhecendo culturalmente, politicamente e academicamente a diversidade presente na sociedade brasileira, tentando reduzir as desigualdades étnico-raciais (SILVA e SILVÉRIO, 2003).

Artes e Ricoldi (2015) e Gonçalves e Ambar (2015) relatam que nos últimos 10 anos, a partir da execução de políticas das ações afirmativas, houve um expressivo aumento no número de negros no ensino superior, com essa melhoria o número de estudantes deixou de ser quatro brancos para um negro, e passou a ser dois estudantes brancos para um estudante negro.

No Quadro 1 foram compiladas as principais leis e ações afirmativas implantadas nas instituições de ensino superior – Universidade de São Paulo (USP), Institutos Federais (IFs) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Comparando as instituições de ensino observa-se que a USP possui a isenção da taxa de inscrição, ações afirmativas para estudantes oriundos de escolas públicas e para pretos, pardos e indígenas, além de vagas olímpicas enquanto a UNICAMP possui as mesmas políticas públicas acrescidas das cotas étnico-raciais e o vestibular indígena.

Já os IFs possuem a Lei de cotas 12.711 que contempla 50% das vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, oriundos de escolas públicas com renda salarial abaixo e acima de 1,5 salário mínimo, além das vagas destinadas a pessoa com deficiência conforme a Lei 13.049 de 2016. As vagas olímpicas não aparecem nos IFs, já as vagas para as pessoas com deficiência só aparecem nos IFs e o vestibular indígena existe apenas na UNICAMP.

USP	IFS	UNICAMP
Lei Estadual nº 12.782 - Isenção da taxa de inscrição /2007	Lei de cotas nº 12.711 - vagas dos estudantes aos estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas /2012	Isenção da taxa de inscrição /2000
Ação Afirmativa - Escolas Públicas /2014	Lei Nº 12.711 - Ação Afirmativa escola pública, com renda IGUAL ou INFERIOR a 1,5 salários mínimo /2012	Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) /2004
Ação Afirmativa PPI - pretos, pardos e indígenas/2017	Lei Nº 12.711 - Ação Afirmativa escola pública, com renda SUPERIOR a 1,5 salário mínimo /2012	Cotas étnico-raciais /2017
Vagas Olímpicas /2019	Lei Nº 13.049 – A Pessoa com Deficiência /2016	Vestibular Indígena /2017
		Vagas Olímpicas /2018

Quadro 1. Ações afirmativas nas Instituições de Ensino Superior

Fonte: Extraído das plataformas da USP, Nilo Peçanha e UNICAMP, 2020

É possível analisar que as cotas étnico-raciais iniciaram 5 anos antes nos Institutos Federais do que na USP e UNICAMP, porém as ações afirmativas para estudantes provenientes de escolas públicas existem desde 2014 na USP e na UNICAMP desde 2004 com o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social – PAAIS que visa estimular os jovens de escolas públicas a ingressarem na universidade através do vestibular.

Ao analisar o total de ingressantes pretos, pardos e indígenas das instituições de ensino - USP, UNICAMP e os IFs - percebe-se que na USP (que contém a menor quantidade de ações afirmativas) apenas 22% dos estudantes são negros e indígenas, enquanto na UNICAMP (que possui mais ações afirmativas do que a USP) possui 33%, já os Institutos Federais possuem o melhor cenário, cerca de 60% dos estudantes se autodeclararam pretos, pardos e indígenas em 2020 (Quadro 2).

É possível observar que a quantidade de ações afirmativas implantadas nas instituições de ensino e o ano da suas implantações impactam diretamente no número de estudantes negros e indígenas, como a USP foi a última instituição a adotar a política de cotas raciais a proporção de estudantes pretos, pardos e indígenas é quase 1/3 da proporção dos IFs, que possuem ações afirmativas contendo políticas de cotas raciais e sociais há muito mais tempo. A UNICAMP implantou cotas raciais no mesmo ano (2017), mas diferente da USP já possuía outras ações afirmativas desde 2004, gerando um aumento de 11% de pretos, pardos e indígenas quando as duas instituições são comparadas.

Instituições de ensino	Total	Pretos, Pardos e Indígenas	%
USP	8.301	1.824	21,98
UNICAMP	3.399	1.128	33,2
IFs	1.023.303	449.327	60,29

Quadro 2. Total de ingressantes pretos, pardos e indígenas nas instituições de ensino

Fonte: Extraído de Nilo Peçanha, Anuário estatístico da UNICAMP e da USP, 2020

Por meio das cotas étnico-raciais que a UNICAMP implantou em 2017 é possível aferir que houve um aumento de 13,3% de ingressantes pretos, pardos e indígenas entre os anos 2018 e 2019, porém entre 2019 e 2020 o número reduziu em 4% e de 2018 para 2020 um aumento de quase 10% conforme apresentado no Quadro 3.

Ingressantes	Total	Pretos, Pardos e Indígenas	%
2020	3.399	1.128	33,2
2019	3.428	1.275	37,2
2018	3.327	794	23,9

Quadro 3. Ingressantes pretos, pardos e indígenas na UNICAMP

Fonte: Extraído do Anuário estatístico da UNICAMP, 2020

Na USP é possível analisar o perfil dos estudantes matriculados onde verifica-se que a maioria se autodeclarou branca em 2020 conforme apresentado no Gráfico 1, 72% brancos e 22% negros (pretos e pardos), esse número é ainda muito desequilibrado em função da política de cotas raciais implantada tardiamente na instituição.

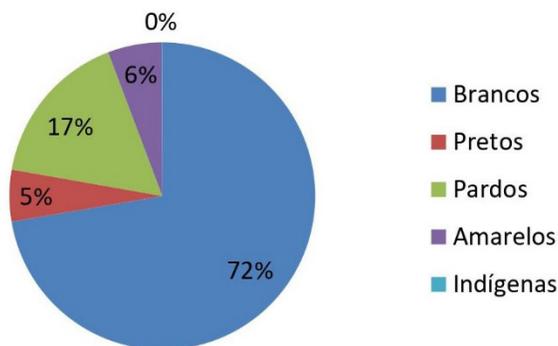


Gráfico 1. Dados étnicos raciais dos estudantes matriculados na USP (2020)

Fonte: Extraído do Anuário estáticos da USP, 2020

Como pôde ser observado, apesar da implantação das cotas raciais as desigualdades ainda permanecem nos espaços acadêmicos, principalmente em determinados cursos, Queiroz (2004) afirma que os brancos ocupam os cursos de maior prestígio enquanto os negros estão presentes em cursos menos prestigiados. Os cursos considerados de maior prestígio são aqueles que têm maior destaque social e podem ter melhores remunerações financeiras, estes em sua maioria são mais disputados do que os considerados de menor prestígio.

Segundo dados coletados do Anuário estáticos da USP (2020), o curso de Arquitetura e Urbanismo (período integral) teve 25,9 candidatos por vaga no último vestibular, enquanto Medicina (período integral) variou de 80 a 130 candidatos por vaga – ambos são considerados cursos de maior prestígio – por outro lado, cursos considerados de menor prestígio possuem uma disputa muito menor, Pedagogia (noturno) no último vestibular contemplava em torno de 5 candidatos por vaga enquanto Letras (matutino e noturno) tiveram entre 3 e 6 candidatos por vaga. Comparando os cursos considerados de menor prestígio com o de Arquitetura e Urbanismo constata-se que os de menor prestígio podem ser até 8 vezes menos concorridos no vestibular, quando os mesmos são comparados com os cursos de Medicina a concorrência pode ser até 43 vezes menor.

Para Bourdieu (1998) os estudantes de classes sociais elevadas possuem condições sociais muito mais avançadas e tendem a ter maiores chances e vantagens ao entrar em um curso de prestígio, ao contrário dos jovens das classes baixas – em sua maioria negros – que são direcionados para os cursos menos valorizados. Ele complementa dizendo que o capital cultural distancia ainda mais os jovens das classes sociais altas das baixas, já que os de classe alta possuem mais tempo para se dedicar aos estudos, além de bens culturais como livros, viagens, cursos e acesso a mais informações, ou seja, são privilegiados quando comparados aos estudantes de classes baixas, onde muitos têm a necessidade

de ajudar na economia doméstica, não possuem tanto acesso à informações, muito menos experiências extracurriculares e culturais.

Sendo o curso de Arquitetura e Urbanismo considerado um curso de maior prestígio percebe-se que nas instituições de ensino existe uma forte presença de estudantes brancos e maioria absoluta ou total de docentes brancos, isso reflete-se também na área profissional com a presença majoritária de arquitetos e urbanistas brancos conforme ilustrado no Quadro 4. Os profissionais pretos e pardos totalizam 18,14%, refletindo menos de um terço da população negra brasileira considerando a proporcionalidade aos dados publicados pelo IBGE.

Arquitetos formados	Branco	Pardos	Pretos	Indígenas	Amarelos	Não informam
	78,14%	13,81%	4,33%	0,21%	1,75%	1,75%

Quadro 4. Dados étnico-raciais dos arquitetos e urbanistas do Brasil

Fonte: Extraído de 1º Diagnóstico de gênero na Arquitetura e Urbanismo, 2020

Entre os estudantes a maioria da presença branca na área de Arquitetura e Urbanismo também é vista, nos Institutos Federais do Brasil – apesar de possuírem políticas de cotas raciais e sociais – apresentam maioria de estudantes brancos no curso conforme indicado no Quadro 5. É importante destacar que os cursos de Arquitetura e Urbanismo analisados encontram-se em 10 campus de todos os Institutos Federais presentes no território brasileiro.

É possível notar um avanço irrelevante de estudantes pretos de 2018/2017 para 2019/2018 e uma queda para 2020/2019, enquanto de 2018/2017 para 2019/2018 houve um aumento de 5% de brancos que se perpetuou até 2020/2019, no caso dos estudantes pardos houve um avanço importante de 7% de 2018/2017 para 2019/2018 e ainda maior – quase 8% – para 2020/2019, totalizando 15% de aumento no número de estudantes pardos nos últimos 3 anos. Ainda assim a proporção de brancos é mais da metade (55%) enquanto a dos negros gira em torno de 43% considerando o melhor cenário de 2020/2019.

Período	Branco	Pardos	Pretos	Indígenas	Amarelos
2018/2017	50,46% (549)	21,78% (237)	7,54% (82)	1,01% (11)	0,64% (7)
2019/2018	55,38% (638)	28,39% (327)	8,33% (96)	0,87% (10)	7,03% (81)
2020/2019	55,40% (734)	36,23% (480)	6,94% (92)	0,83% (11)	0,60% (8)

Quadro 5. Dados étnico-raciais dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo dos IFs

Fonte: Extraído da Plataforma Nilo Peçanha, 2020

A partir dos dados apresentados afere-se que a presença negra ainda é baixa nos cursos de Arquitetura e Urbanismo dos Institutos Federais, apesar das cotas sociais e étnico-raciais, indo ao encontro da afirmação de Queiroz (2004) que diz que estudantes negros – que em sua maioria tem um ensino de qualidade inferior ao dos estudantes brancos – possuem uma dificuldade maior de conquistarem o ingresso nos cursos mais prestigiados.

Quando são comparados os dados étnico-raciais dos estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e dos cursos considerados de menor prestígio como Pedagogia e Letras nos Institutos Federais do Brasil (Quadro 6) verifica-se que o número de negros na Arquitetura e Urbanismo é de 43,17%, enquanto na Pedagogia o número aumenta em 9,62% totalizando 52,79%, já em Letras o aumento é ainda maior 12,07%, totalizando 55,24% de estudantes pretos e pardos em 2020.

Cursos	Brancos	Pardos	Pretos	Indígenas	Amarelos
Arquitetura e Urbanismo	55,40%	36,23%	6,94%	0,83%	0,60%
Pedagogia	45,12%	43,89%	8,90%	0,82%	1,27%
Letras	43,90%	43,52%	11,72%	0%	0,86%

QUADRO 6. Dados étnico-raciais dos estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Pedagogia e Letras dos IFs

Fonte: Extraído da Plataforma Nilo Peçanha, 2020

De acordo com Faria (2019) os estudantes negros acabam ingressando nos cursos de humanas em função do período que os cursos são oferecidos, já que grande parte dos estudantes possuem necessidade de trabalhar, por isso optam por cursos noturnos. Outro fator que influencia é a falta de preparo que esses jovens sofrem por conta de seus níveis de ensino serem inferiores ao dos outros estudantes, o que causa um sentimento de não estarem aptos a cursar Engenharia, Medicina e Arquitetura, ratificando o que Bourdier afirmou anteriormente.

Cabe salientar que ao longo dessa pesquisa observou-se a importância em analisar as questões de gênero, já que a interseccionalidade – gênero, raça e classe social – não estão desassociadas e também pela quantidade expressiva de profissionais mulheres (79%) na Arquitetura e Urbanismo no Brasil como pode ser observado no Quadro 7.

Arquitetos formados	Gênero	
	Feminino	Masculino
	79%	21%

Quadro 7. Dados de gênero dos arquitetos e urbanistas do Brasil

Fonte: Extraído do 1º Diagnóstico de gênero na Arquitetura e Urbanismo, 2020

Porém as arquitetas e urbanistas não são tão valorizadas quanto os homens, um dos exemplos são os salários das mulheres pretas muito inferiores ao dos homens brancos que têm seus rendimentos médios quase duplicados como mostra o Quadro 8.

Gênero e Raça	Rendimento Médio
Mulheres Pretas	R\$3.436,15
Mulheres Pardas	R\$3.965,81
Mulheres Brancas	R\$4.906,25
Homens Pretos	R\$5.682,63
Homens Pardos	R\$5.541,58
Homens Brancos	R\$6.565,51

Quadro 8. Rendimentos dos arquitetos e urbanistas do Brasil por gênero e raça

Fonte: Extraído do 1º Diagnóstico de gênero na Arquitetura e Urbanismo, 2020

Para Kensani de Klerk (2020) – arquiteta preta sul-africana – as mulheres na Arquitetura não recebem tanto prestígio quanto os homens, e isso só aumenta quando inclui-se a raça, para ela a Arquitetura pode ser vista como a “praia da hegemonia” (Figura 1), onde os homens brancos permanecem confortavelmente e respirando ar fresco, enquanto os homens negros estão na beira da praia tendo algumas dificuldades, porém encharcados, já as mulheres brancas estão batalhando para chegar a praia, enquanto as mulheres pretas estão no fundo do mar, lutando para respirar, tentando nadar, quase nunca chegam na areia e quando chegam é difícil acreditar que conseguiram.

Diante disso e dos dados apresentados no Quadro 8, onde os homens negros recebem salários mais altos até do que as mulheres brancas, nota-se que a questão de gênero é mais relevantes do que a questão étnico-racial na Arquitetura e Urbanismo quanto o quesito analisado é a equiparação de gênero e étnico-racial, ou seja, ainda mantém o homem branco como um retrato arquitetônico. Nesse sentido novamente a mulher negra encontra-se na base da pirâmide, excluída e tentando sobreviver, tanto no meio acadêmico como no profissional.

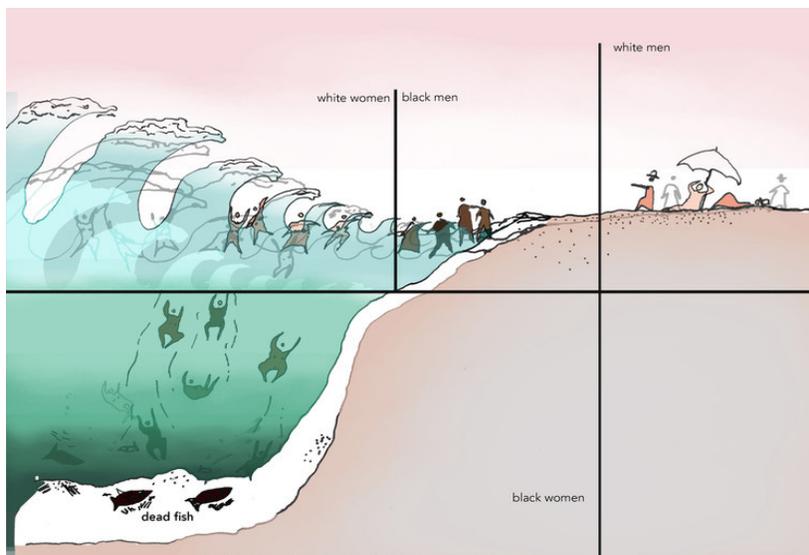


Figura 1. Ilustração da praia da hegemonia

Fonte: KLERK, 2020

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos dados coletados das instituições de ensino e pesquisa bibliográfica foi possível aferir que apesar do aumento no número de ingressantes negros nas universidades públicas resultado da implementação da ações afirmativas, nos cursos considerados de maior prestígio – como o de Arquitetura e Urbanismo – esse aumento ainda não é proporcional considerando os últimos dados étnico-raciais brasileiros divulgados. Pôde-se verificar que apesar das políticas públicas (de cunho social e étnico-racial) existentes nos Institutos Federais do Brasil o número de estudantes negros ainda é menor nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, em 2020/2019 era de 43%, três anos antes 29%.

Cabe destacar que a área de Arquitetura e Urbanismo é elitista e majoritariamente branca (75% dos profissionais), além de não dialogar diretamente com a população ou oferecer serviços para a maior das pessoas de classes sociais mais baixas o que pode distanciar jovens negros e pobres de se identificarem com o curso, além disso, grande parte dos cursos – se não todos – são em período integral nas universidades públicas, distanciando ainda mais os jovens negros e pobres, sem contar os inúmeros materiais que devem ser adquiridos para o desenvolvimento dos trabalhos e a carga horária excessiva de trabalhos que devem ser realizados ao longo dos semestres. Esses pontos citados são relevantes para analisar o tipo de curso que estão sendo oferecidos nas universidades e para quem e merecem ser aprofundados em pesquisas posteriores.

As políticas de ações afirmativas mostram-se fundamentais para a construção de

universidades menos desiguais, mas ainda assim é necessário avançar dentro de cada curso considerado de maior prestígio tornando-os acessíveis e plurais. A bibliografia confirma a hipótese deste estudo demonstrando que nos cursos de maior prestígio o acesso do negro nas Universidades ainda é baixo apesar da política de cotas raciais, isso deve-se as questões socioeconômicas e também ao capital cultural, já que muitos negros – em sua maioria de baixa renda – sequer cogitam cursar Arquitetura e Urbanismo, pois não se reconhecem nesta área. A literatura também corroborou a hipótese de que o curso de Arquitetura e Urbanismo é elitista e excludente, já que a área não dialoga com as classes sociais mais baixas.

Por fim, as questões de gênero na Arquitetura e Urbanismo demonstrou que é ainda mais relevante do que a étnico-racial no que tange as desigualdades no meio, quando comparados os rendimentos salariais fica clara essa disparidade e isso só se intensifica quando o gênero é vinculado a raça, ou seja, a mulher negra na base da pirâmide. São necessárias ações que minimizem essas desigualdades e trabalhem com equidade de gênero e étnico-racial, além das questões sociais, ou seja, é necessário trabalhar a interseccionalidade dentro das instituições de ensino.

Silvio Almeida (2020) – professor universitário, Jurista e filósofo – no Programa Roda Viva veiculado no dia 22/06/20 na TV Cultura disse: “[...] *as mulheres negras hoje lideram o Movimento Negro [...] É impossível pensar a dimensão da luta antirracista se não houver também uma luta pela igualdade de gênero, isso é fundamental.*” Não é possível falar de raça, sem incluir gênero e aspectos sociais e para que as ações sejam de fato efetivas é necessário trabalhar a interseccionalidade dentro da Arquitetura e Urbanismo, seja no meio profissional, discente ou docente.

REFERÊNCIAS

1º DIAGNÓSTICO DE GÊNERO NA ARQUITETURA E URBANISMO. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf>. Acesso em: 26 de ago. de 2020.

ALMEIDA, Silvio. PROGRAMA RODA VIDA. São Paulo: TV Cultura, 22 jun. 2020. Programa de TV. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. **Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010.** In Cadernos de Pesquisa v.45 n.158 p.858-881, out./dez. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: As desigualdades frente à cultura,** in NOGUEIRA. Maria Alice; CATANI. Afrânio, Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O capital social – notas provisórias,** in NOGUEIRA. Maria Alice; CATANI. Afrânio, Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

BRASIL. Lei no 10.639, 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática «História e Cultura Afro-Brasileira», e dá outras providências.** Brasília, DF, 20 dez., 1996.

BRASIL. Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.** Brasília, DF, 29 ago., 2012.

FARIA, Gisele Curi de. **Dificuldades encontradas por jovens negros no acesso à Universidade.** 2019. Tese (Doutorado) - Instituto Federal Goiano-Campus Avançado Ipameri, Docência do Ensino Superior, Ipameri, GO.

GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. **A questão racial, a universidade e a (in) consciência negra.** p. 202 à 213, 2015.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Contribuição ao Ensino de Arquitetura e Urbanismo.** Brasília: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Acesso de negros às universidades públicas.** In Cadernos de Pesquisa, n. 118, março, 2003.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 de Set. de 2020.

KLERK, Khensani de. **O peixe morto na praia: o problema das “mulheres na arquitetura”.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/919254/o-peixe-morto-na-praia-o-problema-das-mulheres-na-arquitetura>. Acesso em: 01 ago. de 2020.

PERFIL SOCIOECONÔMICO GERAL DA UNICAMP. Disponível em: <http://www.comvest.unicamp.br/estatisticas-comvest/estatisticas-sociais/perfil-socioeconomico/perfil-socioeconomico-geral/>. Acesso em 3 de Nov. de 2020

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de set. de 2020.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **O negro e a Universidade brasileira**, in HAOL, N. 3, Invierno, p. 73-82, 2004.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Robert et al. **Educação e ações afirmativas: Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasília: Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Avaliação pós-ocupação 145, 146, 147, 149

B

Biblioteca 7, 145, 146, 147, 148, 149

C

Co-design 150, 151, 155

Competências de Projeto 150

Complexo Portuário 57, 60, 61, 62, 63, 66

D

Design de interiores 10, 11, 15, 16

Design Estratégico 150

Design Thinking 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158

E

Ecletismo historicista 69

Educação Patrimonial 6, 34, 35, 36, 37, 41, 42

Estudantes negros 178, 179, 181, 183, 187, 189

F

Festa 6, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 106

Formalismo 160, 162

Fragmentação 66, 68, 94, 160, 161

Funcionalidade Arquitetônica 7, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 143

G

Goiânia 7, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

H

Habitação Reduzida 133

Habitação social 72, 73, 77, 112

I

Iniciativas Bottom Up 94

Inovação Não Tecnológica 94

Inovação Social 94, 151

Interpretação Arquitetônica 6, 69

M

Macapá 72, 75, 76, 77, 78

Mapas Conceituais 5, 6, 1, 2, 3, 8, 9

Maranhão 34, 35, 36, 38, 41, 42

MCMV 7, 72, 77

Mirante da Balaiada 34

Mobilidade Urbana 5, 7, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Mulheres na Arquitetura e Urbanismo 179

Museu Dom Diogo de Souza 6, 69, 70, 71

N

Negros na Arquitetura e Urbanismo 179

Neurociência 5, 6, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 23, 25, 29, 30, 32

Neuroeducação 10, 15, 16, 22

P

Patrimônio 5, 6, 23, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 55, 69, 121, 172

Plano Diretor 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 102, 144

Política pública 72

Porto do Açu 57, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68

Potencial Econômico 57, 59, 66

Práticas Criativas 94, 111

Projeto Participativo 8, 150, 155, 156

Projetos arquitetônicos 1, 2, 75, 128, 192

R

Redes Técnicas 113, 120, 121, 123, 125

Revolta da Balaiada 34, 41

S

Serviços Ambientais Urbanos 113, 120, 123

Sustentabilidade 5, 7, 75, 87, 88, 89, 90, 91, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 160, 166

T

Territorialidades 113, 122

Tradição 22, 43, 44, 47, 48, 49, 53, 54, 55, 75, 160, 161, 168, 171

U

Urbanismo Tático 94, 96, 107

Urbanização 5, 7, 72, 73, 74, 78, 80, 85, 116, 117

V

Vernacular 127, 128, 130, 132

DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS:

ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS:

ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021